



ESTUDOS PRELIMINARES - PRE/DG/SGS/COMANP/SEPROB

1. DADOS DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

SEI Nº: [0011691-49.2025.6.05.8000](#)

Item do PLANCONT: ID 8

Previsão no Plano de Obras (SEI e doc. aprovação): sim

Equipe de Planejamento da Contratação

Gestor: Cintia Vilas Boas

Integrante Demandante: Valdeci Giacomose Ribeiro

Integrante Técnico: Fernanda Assis do Vale, Renata Borges e Maurício Valente.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para a execução dos serviços de REFORMA DO PRÉDIO ANEXO III DO TRE-BA - FASE 3, localizado 1ª Avenida Centro Administrativo da Bahia, 150 - Centro Administrativo da Bahia, Salvador - BA.

3. JUSTIFICATIVA

O prédio Anexo III do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, anteriormente pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, foi cedido a este Tribunal pela Superintendência do Patrimônio da União. Desde então, foram realizadas intervenções estruturais essenciais, tais como a recuperação da estrutura metálica e a construção das passarelas, permitindo o uso provisório do imóvel para abrigar unidades administrativas durante as obras de reforma do Edifício-Sede.

Concluídas as obras no edifício principal, torna-se necessária a readequação do Anexo III para instalação definitiva das unidades que lá permanecerão. Tal readequação demanda a execução de serviços de adaptação do layout, abrangendo intervenções em pisos, forros, divisórias e instalações diversas (elétricas, lógicas, de climatização, entre outras), com vistas a proporcionar condições adequadas de trabalho, acessibilidade, segurança e eficiência operacional.

Portanto, a contratação dos serviços de reforma do Anexo III justifica-se pela necessidade de melhor adaptar o imóvel à sua destinação institucional, assegurando a continuidade e a qualidade das atividades desempenhadas pelo TRE-BA, além de promover o uso racional e eficiente dos espaços físicos disponíveis.

4. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

Vide OT-IBR 002/2009. Obra e serviço de engenharia requer profissional habilitado conforme a Lei nº 5.194/1966.

(x) Trata-se de construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação e, portanto, de obra de engenharia.

() Trata-se de conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte e demolição, ou de serviço técnico especializado conforme a Lei nº 5.194/1966 e, portanto, de serviço de engenharia.

Tratando-se de serviço de engenharia:

(x) Este pode ser enquadrado como comum, nos termos do art. 6º, XXI, "a" da Lei nº 14.133/2021: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens. De acordo com o Parecer nº 075/2010-DECOR/CGU/AGU, serviço comum de engenharia é "aquele que obedece a padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente no edital, estando disponível a qualquer tempo no mercado próprio, com características, quantidades e qualidades padronizadas, sem alta complexidade técnica, e sem necessidade de acompanhamento e atuação relevante e proeminente de um engenheiro especializado."

() Este pode ser enquadrado como especial, nos termos do art. 6º, XXI, "b" da Lei nº 14.133/2021: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum de engenharia.

5. HISTÓRICO

() Não há histórico de contratações realizadas para atendimento da mesma necessidade.

(x) Há histórico.

Indicar os números dos processos das contratações anteriores:

Neste imóvel, realizamos duas intervenções: SEI 0052035-48.2020, 1ª fase da reforma do Anexo III e SEI 0008075-71.2022, 2ª fase da reforma do Anexo III.

6. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

- (x) Prestar serviço de qualidade ao público
- () Fortalecer a relação institucional com a sociedade
- () Fomentar a educação para a cidadania
- (x) Aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
- () Combater a corrupção e a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais
- () Aperfeiçoar a governança e gestão administrativa
- () Melhorar a comunicação administrativa
- () Promover a sustentabilidade ambiental
- () Aprimorar a gestão de pessoas
- () Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
- () Melhoria e adequação das condições de segurança do trabalho no TRE-BA

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A obra será executada com o 5º pavimento em funcionamento, abrigando a Secretaria de Tecnologia da Informação, pois não há área disponível para em outros prédios que compõem o Complexo da Sede do TRE que possa abrigar temporariamente essa Secretaria.

O Responsável Técnico da empresa deverá comparecer ao canteiro de obras pelo menos uma vez a cada semana, sendo necessário registrar presença no diário de obras com anotações sobre o andamento da mesma;

Engenheiro meio turno;

Prazo de 90 (noventa) dias para execução da obra;

Emissão de ordem de serviço após a expedição do alvará por parte da prefeitura da cidade;

Início da obra em até 10 dias da emissão da ordem de serviços;

A contratada deverá apresentar:

ART de execução da obra;

ART do engenheiro Residente;

Cronograma da obra detalhado indicando caminho crítico;

CNO da obra;

Registro junto ao INSS;

PGR e PCMSO;

Caso haja aditivo deveremos seguir o Decreto n.º 7.983/2013;

Não será permitida a subcontratação dos serviços, com exceção daqueles previstos no Termo de Referência, que será parte integrante do contrato;

Apresentação de manual de obra;

Todo material empregado na obra deverá ser novo;

Serão executados, dentre outros, os seguintes serviços:

- a) Recuperação do piso existente e acabamento em pintura em epóxi;
- b) Pintura total dos ambientes;
- c) Readequação das áreas com layout para atender aos setores que ficarão instalados definitivamente no prédio anexo III;
- d) Atualização do projeto de combate a incêndio ao novo layout;
- e) Atualização dos projetos de acessibilidade, programação visual, elétrica, lógica, ar condicionado, SDAI ao novo layout;
- f) Remanejamento/reinstalação de divisórias, com reaproveitamento;
- g) O sistema de ar condicionado existente (sistema VRF) sofrerá adequações para o novo layout;
- h) Complementação de forro onde necessário;
- i) Uso de materiais com maior durabilidade;
- j) Relocação de hidrômetro, pois as instalações de abastecimento de água estão provisórias;
- k) Reforço estrutural da laje da subestação;

7.1. Forma de aferição/medição do serviço:

() Empreitada por preço global

Modo de contratação do serviço ou obra de engenharia pelo qual a execução do contrato, ainda que dividida em etapas, se dá com a entrega de todos os itens e características que compõem o seu objeto, incluídos detalhadamente no preço total da avença, cujo principal efeito é a transferência dos riscos do valor total do empreendimento à empresa contratada, que é obrigada a incluir em sua proposta todos os valores e itens necessários à execução global do ajuste. Deve ser escolhida nas situações em que seja plenamente possível a definição precisa de todos os componentes da obra/serviço, cuja margem de incerteza seja mínima.

() Empreitada Integral

Forma ampliada da empreitada por preço global, e visa não apenas a entrega de um bem ou a mera execução de um serviço, mas o recebimento de um empreendimento funcional, ou seja, contrata-se a entrega de um bem com o valor agregado proveniente de toda a estrutura logística/material necessária ao seu funcionamento, ainda que a execução exija a subcontratação de empresas com diferentes especialidades.

(x) Empreitada por preço unitário

Destina-se aos empreendimentos que devam ser realizados em quantidade e podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Não se exige o mesmo nível de precisão da empreitada por preço global/integral, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, em razão de fatores supervenientes ou inicialmente não totalmente conhecidos.

Justificar:

Opta-se pela adoção do regime de empreitada por preço unitário em razão das características inerentes ao objeto contratado, que envolve reforma de edificação existente. Em serviços dessa natureza, é comum que, mesmo com projetos executivos bem elaborados, subsistam incertezas quanto à exata dimensão dos quantitativos a serem efetivamente demandados, em virtude de fatores supervenientes ou condições não plenamente conhecidas na fase de planejamento.

Nesse contexto, a empreitada por preço unitário revela-se a alternativa mais adequada, pois permite a remuneração com base nas quantidades efetivamente executadas, resguardando o interesse público diante de eventuais variações no escopo físico da obra. Tal modelo transfere à Administração maior controle sobre os custos e a medição dos serviços, conferindo maior flexibilidade e aderência à realidade da execução.

Ressalta-se que os preços unitários a serem contratados serão fixos, conforme previsto no instrumento convocatório, garantindo previsibilidade e segurança jurídica às partes, nos termos do art. 6º, inciso XLIII, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Será necessário indicar equipe mínima? Se sim, qual a composição?

() Não

(x) Sim. A equipe mínima será composta dos seguintes profissionais (listar):

Engenheiro, encarregado de obras e vigia.

7.2.1. Justificar, mediante a apresentação de documentos, memória de cálculo e/ou orçamento, as previsões de quantidade estabelecida para a contratação.

- a) Engenheiro: previsão de trabalho meio turno por dia;
- b) Encarregado de obra: previsão de 90 (noventa) dias;
- c) Vigia: previsão de vigilância noturna.

A previsão da equipe mínima considerou o cronograma estimado de 90 (noventa) dias para execução da obra, bem como a natureza e a complexidade dos serviços a serem realizados. A composição proposta visa assegurar o acompanhamento contínuo e adequado dos trabalhos, em conformidade com os padrões de qualidade e segurança exigidos.

O acompanhamento geral ficará sob responsabilidade do profissional indicado como responsável técnico da empresa contratada, cuja qualificação será apresentada na fase de habilitação da licitação. Além desse profissional, serão exigidos, de forma compatível com o porte e o escopo da obra, um encarregado de obras para gestão operacional diária e um vigia para garantir a segurança noturna do canteiro.

A definição dessa equipe baseia-se na experiência em contratações similares e busca garantir a adequada supervisão técnica, a fluidez da execução e a proteção do patrimônio público durante o período da intervenção.

7.3. Havendo previsão de postos de trabalho:

Como, por exemplo, no caso de contratação de serviços de manutenção predial, de serviços de engenharia e de arquitetura, dentre outros.

Não se aplica, pois o contrato não será de terceirização.

7.3.1. Houve aumento do quantitativo estabelecido em relação à última contratação?

() Não se aplica.

() Não.

() Sim. Apresentar estudos orçamentários, de produtividades e comprovação formal do aumento da demanda:

Não se aplica, pois o contrato não será de terceirização.

7.3.2. O salário dos postos de trabalho será:

() Regra: O salário base da categoria previsto atualmente na Cláusula _____ da CCT/20__ do Sindicato _____.

() Exceção: Inexistindo convenção coletiva da categoria em questão fixou-se o valor do salário com base em: _____

(apresentar documentos e memória de cálculo, a fim de demonstrar como se chegou ao valor final).

Não se aplica, pois o contrato não será de terceirização

7.3.3. Há previsão de acréscimo temporário de postos ou de serviço extraordinário em ano eleitoral ou em períodos específicos?

() Não.

() Sim. Informar a quantidade de postos adicionais e o quantitativo estimado de horas extras por posto de trabalho, e os períodos, com a devida justificativa e cálculo da demanda (necessidade x quantidade):

Não se aplica, pois o contrato não será de terceirização

7.3.4. Há requisitos a serem observados para os postos de trabalho?

Tais como de escolaridade mínimo, formação técnica específica etc.

Não se aplica, pois o contrato não será de terceirização

7.4. Indicar os locais onde serão prestados os serviços, e caso necessário, a área a ser coberta com a execução, por localidade e/ou edificação:

A reforma será executada no prédio do Anexo III do TRE-Ba, localizado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, CAB, Salvador/BA

7.5. Há necessidade de fornecimento de insumos, ferramentas e equipamentos, inclusive de proteção individual?

() Não.

(x) Sim. Informar o quantitativo, com a devida justificativa e cálculo da demanda (necessidade x quantidade):

Em obras de construção ou reforma, a elaboração da planilha orçamentária baseia-se nos custos referenciais do sistema SINAPI, que contempla todos os insumos necessários à execução dos serviços, inclusive equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas e demais materiais de consumo.

Cabe à empresa contratada o fornecimento integral dos EPIs adequados a cada atividade, em quantidade suficiente para atender a todos os trabalhadores envolvidos, conforme as normas de segurança do trabalho e as composições orçamentárias previamente definidas. Os custos com esses insumos já estão devidamente contemplados nas composições unitárias incluídas no orçamento da contratação.

7.6. A vigência contratual será de:

Indicar a vigência, a contar da assinatura do contrato: 235 (duzentos e trinta e cinco) dias corridos, considerando:

- a) Até 45 dias para emissão da ordem de serviço;
- b) Até 10 dias da ordem de serviço para início da obra;
- c) 90 (noventa) dias de execução de obra;
- d) 15 dias para recebimento provisório;
- e) 20 dias para correção dos serviços apontados no recebimento provisório;
- f) 20 dias para recebimento definitivo;
- g) Até 35 dias de prazo margem do recebimento definitivo.

Indicar a vigência, a contar da assinatura do contrato:

Quanto à prorrogação:

(x) Haverá previsão de prorrogação até o limite legal permitido.

() Não será necessário prorrogar o contrato.

Justificar no caso de indicação de vigência com prazo diverso do recomendado:

A vigência contratual foi definida considerando todas as etapas necessárias à execução da obra, incluindo os prazos para emissão da ordem de serviço, execução, recebimentos provisório e definitivo, eventuais correções, além de uma margem de segurança administrativa para conclusão dos trâmites.

Entretanto, considerando a natureza de reforma predial — sujeita a descobertas técnicas imprevistas, intercorrências climáticas, entraves administrativos (como a expedição de alvarás) e fatores externos alheios ao controle da Administração —, entende-se prudente prever a possibilidade de prorrogação contratual. Tal previsão visa assegurar a continuidade dos serviços e a entrega do objeto final sem comprometer a legalidade, a eficiência e a economicidade da contratação.

7.7. Há necessidade de previsão de garantia de execução do contrato (financeira), com o fim de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e minimizar os riscos advindos de eventual inexecução contratual?

Trata-se de faculdade conferida à Administração, cuja necessidade deve ser avaliada caso a caso, em razão das peculiaridades e complexidade do

objeto, dos riscos advindos da execução do contrato para o Tribunal e para a coletividade, sendo a exigência recomendada para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, sopesado o prazo de vigência contratual e a quantidade de postos de trabalho envolvida.

() Não, haja vista o curto prazo de vigência e/ou o número reduzido de postos.

(x) Sim. De acordo com o percentual de 5% sobre o valor total contratado a ser apresentada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da via do contrato assinado, conforme previsto no ato convocatório.

() Exceção: Sim, justificando-se a majoração para o percentual de ____ (máximo de 10%, previsto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021), compatível com o vulto e os riscos envolvidos na contratação. Especificar os riscos:

7.8. Será permitida a subcontratação parcial do objeto?

A subcontratação consiste na entrega de parte da prestação do serviço a terceiro estranho ao contrato, para que execute, em nome do contratado, item, etapa ou parcela do objeto avençado.

() Não. O objeto deverá ser executado única e exclusivamente pela contratada, haja vista que o mercado dispõe de diversos fornecedores aptos para tanto.

(x) Sim. Será facultada a subcontratação de parte do objeto pela contratada.

Descrever a(s) parcela(s) que poderá(ão) ser subcontratada(s) e a justificativa para a permissão:

Serão permitidas as subcontratações dos serviços de adequação dos equipamentos de ar condicionado VRF, remanejamento/reinstalação de divisórias, serviço de certificação de cabo de lógica mediante prévia autorização escrita do CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA como a única responsável por todas as obrigações contratuais e legais assumidas.

Deverá estar previsto no Termo de Referência, no tópico que trata da subcontratação de serviços que, caso a Contratada opte pela subcontratação, a subcontratada deverá comprovar:

a) **Remanejamento de divisórias** - instalação de **468 m2** de divisórias;

b) **Adequação no sistema VRF de ar condicionado** - instalação de sistema VRF a partir de **50 TR** em uma mesma obra.

7.9. Há legislação específica aplicável ao objeto?

() Não

(x) Sim

Indicar a legislação:

Os serviços a serem executados devem seguir:
As normas e especificações da contratação;
Normas da ABNT;
Disposições legais da União;
Regulamentos das empresas concessionárias;
Prescrições e recomendações dos fabricantes;
Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
práticas SEAP - Projetos, execução e manutenção;
Qualificações de materiais do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H);
Legislação Municipal vigente na cidade do Salvador - BA.

7.10. Será exigida comprovação de habilitação jurídica específica para a execução do objeto?

Pode haver casos em que a legislação exija o registro da contratada em algum órgão específico, ou ainda, autorização de funcionamento, licenciamento ambiental etc.

(X) Não

() Sim. Será exigida comprovação de habilitação jurídica.

Indicar a exigência, o documento e a legislação que a disciplina:

7.11. Comprovação de aptidão técnico-operacional da contratada (da própria empresa)

7.11.1. Deverá ser comprovado o registro da contratada em entidade profissional da região a que estiver vinculada?

() Não

(X) Sim. Indicar em qual e a legislação de regência:

Será exigido o registro da empresa contratada no Conselho de Classe correspondente ao profissional responsável técnico pela execução do serviço, conforme previsto no art. 67, incisos I e V, da Lei nº 14.133/2021, e regulamentações específicas:

Se o responsável técnico for engenheiro a empresa deverá estar registrada no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, conforme a Lei nº 5.194/1966 e a Resolução CONFEA nº 1.025/2009.

Se o responsável técnico for arquiteto urbanista, a empresa deverá estar registrada no CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, conforme a Lei nº 12.378/2010 e a Resolução CAU/BR nº 28/2012.

7.11.2. No caso de participação de licitante de estado da federação diverso da Bahia:

(x) Será exigida certidão visada pelo conselho respectivo do estado da Bahia, de acordo com o art. 14, § 1º, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA, antes do início da execução do objeto, em se tratando de execução de prazo inferior a 180 dias.

() Será exigida certidão de registro no conselho respectivo do estado da Bahia, de acordo com o art. 14, § 1º, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA, antes do início da execução do objeto, em se tratando de execução de prazo superior a 180 dias.

7.11.3. Será exigida a apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional (da própria empresa) para execução do objeto?

() Não

(X) Sim. Será exigida a apresentação de atestado que comprove a execução obra (ou serviços) compatível(is) em quantidades e características com o objeto da contratação, com parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

Justificar:

Será solicitado para garantir segurança para a Administração no sentido de que o licitante tenha condições e *know how* para a execução do contrato, caso seja o licitante vencedor.

Será exigida a comprovação de aptidão da contratada, nos termos do art. 67, da Lei nº 14.133/2021, mediante:

Atestado de capacidade técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a LICITANTE executou obra compatível em quantidades e características com o objeto da licitação, em prédio com, pelo menos 2.089 m² (dois mil e oitenta e nove metros quadrados) m² de área construída ou reformada, quantidade relativa a 40% da área construída do imóvel.

Além disso, será exigida a apresentação da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) do profissional habilitado, conforme a natureza de sua formação, nos termos da:

Resolução CONFEA nº 1.025/2009, se engenheiro ou agrônomo;

Resolução CAU/BR nº 91/2014 e Lei nº 12.378/2010, se arquiteto urbanista.

7.12. Comprovação de aptidão técnico-profissional

7.12.1. Será exigida comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de certidão de acervo técnico (CAT) emitida pelo respectivo conselho, acompanhada do atestado respectivo, de que o profissional que figurará como responsável técnico da obra ou do serviço a ser realizado executou objeto de características semelhantes, compatível com as parcelas mais relevantes e de valor significativo do objeto da contratação?

() Não

(X) Sim.

Justificar: É necessário que o profissional comprove aptidão técnica com o objeto licitado, para garantir a perfeita execução do mesmo.

Será exigida a comprovação de aptidão da contratada, nos termos do art. 67, da Lei nº 14.133/2021, mediante:

Capacidade técnico-profissional: comprovação de que o profissional responsável técnico pela execução do serviço participou de serviços de características semelhantes, por meio de atestado em nome do profissional e vínculo formal com a empresa licitante, conforme exigido pelo inciso II, do mesmo artigo.

Além disso, será exigida a apresentação da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) do profissional habilitado, conforme a natureza de sua formação, nos termos da:

Resolução CONFEA nº 1.025/2009, se engenheiro ou agrônomo;

Resolução CAU/BR nº 91/2014 e Lei nº 12.378/2010, se arquiteto urbanista.

7.12.2. Será exigida a comprovação de que o profissional detentor dos atestados de responsabilidade técnica (ART) e do registro de responsabilidade técnica (RRT) integra o quadro permanente da licitante na data da licitação ou a apresentação de declaração de contratação futura do profissional, em que conste a sua anuência?

() Não

(x) Sim.

Justificar: Essa exigência tem por finalidade comprovar se as empresas participantes da licitação dispõem, para a execução do contrato, de profissional reconhecido pela entidade de classe competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto similar ao licitado, limitado às parcelas de maior relevância e valor significativo, expressamente previstas no instrumento convocatório.

7.13. Há necessidade de vistoria ou visita técnica prévias?

() Não.

(X) Sim. Vistoria facultativa.

() Sim. Vistoria obrigatória.

Justificar:

A vistoria tem por objetivo proporcionar aos interessados conhecimento do local onde serão realizados os serviços, para avaliação do espaço/construção existente e das dificuldades que possam existir na realização dos serviços que serão contratados.

7.14. O objeto a ser contratado levou em consideração algum aspecto sustentável ou de acessibilidade?

(x) Há previsão de critério ou prática de sustentabilidade ou de acessibilidade.

Descrever os critérios adotados:

Esta contratação observará em todas as fases do procedimento as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, observando o Decreto 7746/12, que regulamentou o artigo 3, "caput", da Lei 8.666/93; a Lei 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos; a Instrução Normativa SLTI/MP n. 1, de 19/01/10; e a legislação e normas ambientais, no que couber.

Ainda, os serviços deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade assim como:

- A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos na prestação dos serviços;
- Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento; fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços; aplicando as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;
- Respeito às Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; utilizar materiais de consumo/insumos compostos no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448 e 15448-2;
- Otimizar a utilização dos sacos de lixo que devem ser, de preferência, reutilizáveis, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos;
- Realizar a correta separação, acondicionamento e descarte, seguindo normas de geradores de resíduos sólidos, para lixos orgânicos, recicláveis ou não recicláveis; efetuar o recolhimento e a destinação final ambientalmente correta das embalagens utilizadas, principalmente nos produtos tóxicos ou abrasivos;
- Respeitar as NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre resíduos sólidos; utilizar, quando possível, adubos orgânicos;
- Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador (es) das mudanças de comportamento dos empregados sob sua responsabilidade; priorizar, quando disponível, o uso de água da chuva na irrigação dos canteiros e gramados ou água de reuso;

Identificar pontos de uso/ hábitos e vícios de desperdício de água, observando:

- na identificação das atividades de cada ponto de uso, o(s) empregado(s) deve(m) ser treinado(s) e orientado(s) sistematicamente contra hábitos e vícios de desperdício, sendo conscientizados sobre atitudes preventivas, tais como não irrigação em época de chuva; e
- devem ser adotados procedimentos que utilizam o uso adequado da água, com economia (sem desperdício) e sem deixar de garantir que os serviços sejam realizados com excelência.

() Não foi possível identificar nenhum critério de sustentabilidade ou de acessibilidade a ser aplicado ao objeto em questão.

Justificar a não adoção:

7.15. Análise da divisibilidade da solução

() É possível a contratação da solução de forma divisível (em itens), sem que haja prejuízo quanto aos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade.

Neste caso os itens podem ser adjudicados a fornecedores diversos.

(X) A contratação será adjudicada por preço global, tendo em vista a natureza dos serviços.

() Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados em lotes para fornecimento por um único fornecedor, no caso de prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra.

(A adjudicação por grupo sem robustas, fundadas e demonstradas razões - fáticas e argumentativas - que a sustente, é medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de ser, em regra, incompatível com a aquisição futura de itens isoladamente).

Justificar o agrupamento em lotes:

(Demonstrar as razões técnicas, logísticas, econômicas ou de outra natureza que tornam necessário promover o agrupamento como medida tendente a propiciar contratações mais vantajosas, comparativamente à

contratação por item. A mera similaridade entre itens não é critério para fundamentar a formação de grupos/lotos):

Será contratada uma única empresa, porém esse item não se confunde com o regime de execução que será por preço unitário.

8. SERÁ PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS?

Trata-se de licitação complexa ou de elevado vulto a dificultar a participação de empresas individualmente, sobretudo as de pequeno porte?

() Sim

(X) Não

Qualquer empresa, mesmo as de pequeno e médio porte, pode fornecer/executar o objeto?

(X) Sim

() Não

É comum no mercado a existência de empresas com capacidade técnica e financeira para, isoladamente, fornecerem o produto licitado?

(X) Sim

() Não

Conclusão:

() Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

(No caso de ser necessário somar capacidades técnica, econômico-financeira e know-how para participar de licitações que, individualmente, não seriam viáveis).

(X) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio

9. SERÁ UTILIZADO O INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR COMO MÉTODO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA CONTRATAÇÃO?

Os serviços serão avaliados durante toda a execução do contrato, com o objetivo de promover o uso eficiente de recursos e aprimorar a qualidade do gasto público.

() Sim. Trata-se de prestação de serviços de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra, cuja mensuração se dará por meio de procedimentos e critérios que abranjam métricas, indicadores e valores, estabelecendo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade e as respectivas adequações de pagamento.

(X) Não. Em razão da natureza dos serviços e a impossibilidade de estabelecer, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade e as respectivas adequações de pagamento, não será utilizado o IMR.

Neste caso, informar de que forma será avaliada a qualidade da prestação dos serviços:

10. LEVANTAMENTO DE MERCADO

() Não foram encontradas outras soluções de mercado capazes de atender a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

(x) Foram encontradas outras soluções de mercado capazes de atender a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

10.1. Descrever aqui as soluções encontradas:

Foram verificadas as seguintes soluções de mercado:

Contratação por Lotes ou Etapas

Essa solução consiste na contratação de diferentes fornecedores especializados para cada etapa da reforma (demolição, instalação de divisória, instalações elétricas e hidráulicas, adequação de condicionado, etc.).

Vantagens: Maior controle sobre os custos de cada etapa, possibilidade de utilizar especialistas em cada área.

Desvantagens: Exige maior capacidade de gerenciamento e fiscalização por parte do contratante e não teremos uma compatibilização da garantia, podendo um serviço executado interferir em outro, ficando assim ser ter a quem recorrer quando ocorrer alguma inconformidade na execução serviços e/ou defeito nas instalações realizadas.

Executar com mão de obra interna do TRE - seção de manutenção

Essa solução não é viável, pois o custo é alto e a empresa de manutenção não tem pessoal especializado para a execução dos serviços.

Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura

Contratar empresa de engenharia/arquitetura para planejando, logística e execução de todas as etapas da obra garantindo assim os serviços executados em conjunto.

As vantagens são:

- Responsabilidade técnica e legal;
- Planejamento e execução profissional;

- Obras conduzidas por empresas de engenharia seguem as normas da ABNT, garantindo a segurança estrutural, elétrica e hidráulica do edifício.
- Cumprem exigências legais municipais, estaduais e federais (licenciamentos, laudos, alvarás, entre outros);
Empresas de engenharia contam com profissionais especializados (engenheiros civis, eletricitas, hidráulicos, técnicos de segurança, etc.), o que assegura a execução correta das diferentes etapas da obra.
- Seguir as normas de saúde e segurança do trabalho (NR-18, NR-35 etc.), reduzindo o risco de acidentes e passivos trabalhistas;
- Com uma empresa qualificada, há maior previsibilidade de imprevistos, planejamento de contingências e capacidade de resposta rápida a problemas técnicos.

Desvantagem:

- Possibilidade da empresa contratada, apesar das verificações de qualificação, apresentar serviço de qualidade incompatível e/ou inferior com a necessária para a realização das atividades previstas no projeto;

10.1. Informar os motivos que levaram à escolha da solução a ser contratada, fazendo um comparativo com as demais soluções encontradas, quando houver, inclusive quanto aos preços:

Considerando a necessidade de realizar serviços de reforma do Anexo III, a opção pela contratação de uma empresa de engenharia especializada justifica-se pelas seguintes razões técnicas, legais e operacionais:

Atendimento à Legislação e à Responsabilidade Técnica

A execução de serviços de engenharia, conforme estabelece a Lei nº 5.194/1966 e as normas dos conselhos profissionais (CREA e CAU), exige a participação de um responsável técnico legalmente habilitado, mediante emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

A contratação de empresa de engenharia assegura o atendimento a essa exigência legal, além de garantir que os serviços sejam realizados conforme as normas da ABNT, em especial as normas técnicas relacionadas à manutenção predial (NBR 5674), reformas (NBR 16280) e segurança.

· Capacidade Técnica e Multidisciplinaridade

Empresas de engenharia contam com corpo técnico especializado, composto por engenheiros civis, eletricitas, orçamentistas, técnicos de segurança do trabalho, entre outros profissionais. Essa composição garante o correto desenvolvimento das diversas etapas da obra.

· Garantias Técnicas e Contratuais

Diferentemente da contratação de mão de obra autônoma, ou contratação por partes, a empresa de engenharia pode oferecer garantias contratuais de desempenho, assegurando a correção de eventuais falhas dentro do prazo legal, conforme previsto no Código Civil (art. 618).

Além disso, empresas regulares estão sujeitas a fiscalização pelos conselhos de classe, o que representa um fator adicional de segurança e qualidade técnica.

· Planejamento, Gestão e Segurança

Empresas de engenharia são capazes de elaborar e seguir **cronogramas físico-financeiros**, realizar o controle de custos e garantir a conformidade com as normas de segurança do trabalho, como as NR-18 (condições e meio ambiente na construção) e NR-35 (trabalho em altura).

Isso reduz significativamente o risco de acidentes, atrasos, falhas técnicas e passivos trabalhistas.

· Eficiência e Mitigação de Riscos

A contratação de empresa especializada permite maior previsibilidade na execução, melhor gestão de riscos, e maior eficiência no uso de recursos públicos, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, legalidade e segurança, conforme previstos na Lei nº 14.133/2021.

11. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE PREÇOS:

O levantamento deu-se através de pesquisas de preços tendo como parâmetros para a elaboração das composições de custos SINAPI, da Caixa Econômica Federal e outras bases como ORSE e SBC.

A estimativa de valor é na ordem de R\$ **1.884.298,85 (hum milhão, oitocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta e nove centavos).**

11.1. Na elaboração do Orçamento Estimado foram considerados (conforme Lei nº 13.161/2015, de 31 de agosto de 2015):

() Não se aplica.

() Encargos desonerados: quando os custos de mão de obra não possuem encargos sociais referentes a contribuição de 20% de INSS sobre a folha de pagamento.

(x) Encargos não desonerados: quando os custos de mão de obra possuem encargos sociais referentes a contribuição de 20% de INSS sobre a folha de pagamento.

12. HÁ NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL, SE FOR O CASO

Verificar a necessidade de adequação da infraestrutura existente – espaços físicos, rede elétrica, de dados, capacitação de servidores etc.

Para viabilizar a execução dos serviços de reforma, o ideal seria a desocupação integral do imóvel, de modo a permitir maior liberdade de atuação das frentes de trabalho, com segurança e celeridade.

Entretanto, constatou-se a inexistência de espaço físico disponível em outro prédio para a realocação temporária da Secretaria de Tecnologia da Informação, atualmente instalada em um dos pavimentos do Anexo III. Assim, a obra deverá ser conduzida com o 5º pavimento em funcionamento, o que exigirá da contratada a adoção de medidas que minimizem os impactos nas rotinas administrativas e assegurem a segurança dos servidores e operários durante a execução dos serviços. Para tanto, os serviços deverão ser iniciados a partir do 6º e 5º andar, preparando primeiramente o 5º pavimento para receber a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), atualmente instalada em pavimento inferior, para que possa ser transferida para o 5º pavimento depois de adequado, dando seguimento aos serviços nos demais andares inferiores, até a conclusão da obra.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Informar outras contratações cujo objeto se correlaciona com o do presente estudo, e eventuais impactos verificados. Ex.: contratação de serviços auxiliares de fiscalização, a qual depende de prévia contratação dos serviços a serem fiscalizados.

Não se aplica.

14. REQUISITOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

() Será necessária a coleta de dados pessoais indispensáveis à execução do objeto contratual, para a qual se requererá prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA.

(x) Regra: Toda a informação presente neste documento é classificada como pública, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

() Há informação presente neste documento classificada como sigilosa, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

Nesse caso é necessário fundamentar a decisão pelo sigilo, no mínimo, com os seguintes elementos: a) assunto sobre o qual versa a informação tida como sigilosa; b) fundamento da classificação – observar os critérios do art. 24 da referida lei; indicar o prazo do sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites citados no art. 24; identificar a autoridade que a classificou.

() Para execução dos serviços a Contratada, através de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, terá acesso a informações que pertencem ao TRE-BA, as quais precisarão ser tratadas ou controladas, e que demande a assinatura de termo de confidencialidade e de termo de responsabilidade e compromisso de manutenção de sigilo.

15. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Ao final do presente estudo, o qual segue datado e assinado eletronicamente, concluiu-se que a contratação é:

(x) Viável e necessária, tendo os estudos preliminares evidenciado que a solução é possível, técnica e economicamente.

() Inviável e desnecessária



Documento assinado eletronicamente por **Valdeci Giacomose Ribeiro, Chefe de Seção**, em 30/07/2025, às 10:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3440350** e o código CRC **3F4F3CA5**.